

UNIÃO E SEPARAÇÃO CONJUGAL NA BÍBLIA: CONTINUIDADE E CONTRASTE ENTRE OS TESTAMENTOS¹

MARRIAGE AND SEPARATION IN THE BIBLE; CONTINUITY AND
CONTRAST BETWEEN THE TESTAMENTS.

EL MATRIMONIO Y LA SEPARACIÓN EN LA BIBLIA; CONTINUIDAD Y
CONTRASTE ENTRE LOS TESTAMENTOS

¹ Este artigo é o trabalho final da pós-graduação em Teologia do Novo Testamento Aplicada pelas Faculdades Batista do Paraná (FABAPAR).

RESUMO

Este artigo apresenta uma perspectiva bíblica sobre união e separação conjugal, analisando textos do Antigo e Novo Testamento pelo método Histórico-Gramatical. Destaca o desafio que a separação conjugal representa para a igreja, que precisa evitar posturas legalistas que afastam os fiéis. A influência da sociedade moderna e suas leis amplia a complexidade do tema, incluindo fatores como violência e abandono, antes não considerados. A pesquisa bibliográfica oferece ferramentas para um aconselhamento pastoral eficaz e acolhedor. O objetivo é proporcionar ao leitor uma visão bíblica ampla para ministrar a graça e o amor de Deus a quem enfrenta essa situação difícil.

Palavras-chave: União Conjugal; Separação Conjugal; Casamento. Divórcio.

INTRODUÇÃO

A separação conjugal, antes restrita à sociedade, tornou-se também um desafio para as igrejas cristãs, que, no passado adotaram posturas legalistas e condenatórias, afastando fiéis. Este estudo propõe uma análise bíblica, especialmente neotestamentária, centrada na graça e no amor de Deus, para que a igreja lide com o tema de forma mais sensível e justa, respeitando os princípios bíblicos. Enquanto antes a separação era associada apenas ao adultério, hoje inclui questões como violência física, emocional e abandono.

² Administrador de Empresas (PUCPR), Especialista em Gestão de Processos, representante comercial, cristão, casado, capelão. Pós-graduado em Teologia do Novo Testamento Aplicada pelas Faculdades Batista do Paraná (FABAPAR). Brasil. E-mail: jcarneiron@hotmail.com

O objetivo é oferecer uma base sólida para líderes e cristãos leigos, ampliando a compreensão e promovendo apoio e restauração em vez de exclusão, com fundamentação em textos bíblicos e estudos acadêmicos.

1. UNIÃO CONJUGAL, O PLANO IDEAL DE DEUS

O plano ideal de Deus para a união conjugal é revelado em Gênesis 2.24, com ênfase na união entre um homem e uma mulher como “uma só carne”. Embora o texto tenha sido escrito muito tempo após a criação, ele apresenta o modelo monogâmico como ideal divino, especialmente para Israel, em contraste com os costumes de outras nações. A união conjugal é vista como um pacto voluntário, que precede a intimidade sexual e envolve compromisso mútuo e espiritual.

Beale e Carson (2014) destacam que esse princípio “instituiu o casamento heterossexual e monogâmico como o mais íntimo dos relacionamentos interpessoais e o único em que a união sexual é correta”, evidenciando a intenção divina de unidade e solidariedade no relacionamento.

1.1 A QUEDA DO HOMEM

O ideal de Deus para o casamento, estabelecido no Éden, foi comprometido pela queda do homem relatada em Gênesis 3.23, que resultou na separação de Deus e na distorção dos propósitos divinos. O pecado afetou profundamente todas as áreas da vida, inclusive a união conjugal. Como afirma Kenneth E. Hagin (2021), “até Jesus vir redimir a humanidade ninguém poderia cumprir o ideal de Deus para o casamento, porque o homem, dominado por sua natureza pecaminosa, não tinha a vida de Deus”.

Essa realidade gerou dureza de coração (sklerokardia) e levou o ser humano a criar regras e costumes para viver em sociedade, afastando-se do padrão original do Criador.

1.2 A INSTITUIÇÃO DO CASAMENTO

Com o tempo, a união conjugal deixou de ser apenas um vínculo afetivo para se tornar uma instituição formalizada por contrato entre famílias, com direitos, deveres e cláusulas, inclusive para o caso de divórcio. No contexto bíblico, o casamento envolvia negociações entre as famílias, como destaca Roland de Vaux (2004): “especialmente a quantia do ‘mohar’ (preço da noiva) que o noivo era obrigado a pagar ao pai da moça”. Esse sistema visava não apenas consolidar alianças, mas também garantir a proteção da mulher em caso de separação.

A instituição do casamento, portanto, unia aspectos legais, econômicos e culturais, funcionando como uma forma de segurança social diante da fragilidade feminina na sociedade antiga.

1.2.1 A devolução do mohar, o preço pago a noiva

A devolução do mohar (preço da noiva) era prevista nos contratos matrimoniais como uma forma de proteção à mulher em caso de divórcio. O termo, segundo Esdras C. Benthó (2016), “procede do verbo ‘mohar’, literalmente, ‘adquirir mediante pagamento’ [...] em caso de divórcio, precisava ser devolvido a ela”. Isso reforçava o caráter contratual e econômico do casamento e visava dificultar o repúdio apressado por parte do marido.

Roland de Vaux (2004) complementa que, embora o marido pudesse repudiar a esposa, ela era protegida por um documento que lhe restituía a liberdade. Assim, a devolução do dote funcionava como segurança financeira para a mulher após o fim da aliança conjugal.

1.2.2 Casamento com duas mulheres

A poligamia era uma prática tolerada no Antigo Testamento, especialmente em casos como infertilidade ou conflito conjugal. Moisés legisla sobre essa possibilidade em Deuteronômio 21:15, e exemplos como Abraão, Jacó e Davi ilustram esse costume. A prática, embora legal, causava tensões familiares e rebaixava a primeira esposa em dignidade.

O repúdio sem carta de divórcio era comum, mantendo a mulher presa ao marido sem liberdade de se casar novamente. Isso feriu a ética da lei mosaica e mais tarde foi entendido como adultério. Duty (2017) escreve que, “Casamentos múltiplos eram coisa comum na Palestina. Isto acontecia também entre os judeus que moravam nas cidades do império. Fosse uma corte romana ou grega, o divórcio era de fácil obtenção”. Apesar da tolerância, a Bíblia reforça que a monogamia reflete o plano original de Deus para o casamento.

2 SEPARAÇÃO CONJUGAL, A REALIDADE DO HOMEM

O ideal divino para o casamento foi distorcido pela natureza decaída do homem, por sua dureza de coração e influências culturais externas. Antes de tratar da separação conjugal, é essencial compreender o contexto histórico e social enfrentado por Moisés, que atuou como legislador para ordenar a conduta do povo de Israel. Segundo o cenário descrito, Moisés não proibiu certas práticas, mas as regulou para adequá-las às necessidades do povo, influenciado por costumes egípcios e outras culturas. Dessa forma, a Lei buscou garantir a obediência a Deus, integrando aspectos religiosos, sociais e morais para organizar a sociedade israelita.

2.1 A LEI MOSAICA

A Lei Mosaica, fundamentada nos Dez Mandamentos (Ex 20; Dt 5), destaca a proibição do assassinato, adultério e cobiça. O adultério, severamente punido com a pena de morte segundo Lv 20.10, revela um tratamento desigual entre homens e mulheres, refletindo normas patriarcais (Daniel-Rops, 2008). A aplicação dessa pena era rara, exigindo provas rigorosas (Dück, 2017), e Jesus, no Novo Testamento, demonstrou misericórdia ao tratar o adultério (Jo 8).

A cobiça inclui a mulher como posse do marido, evidenciando sua posição social inferior (Vaux, 2004). Jesus, no Sermão do Monte, aprofunda o entendimento, focando na intenção do coração, não apenas na letra da lei (Mt 5.7).

2.1.1 A carta de divórcio na Lei Mosaica

Na Lei Mosaica, o divórcio formaliza-se por meio da carta de divórcio emitida pelo marido, regulamentada em Dt 24.1-4, que permitia a separação, sem tornar a mulher adúltera ao casar-se novamente (Carson, 2014) e proibia a mulher de retornar ao primeiro marido após o segundo casamento. A expressão “coisa indecente” sugere condutas graves, mas não necessariamente adultério (Beale; Carson, 2014). A lei visava proteger a mulher, evitando seu repúdio arbitrário e assegurando meios para sua subsistência.

O divórcio não era o ideal divino, mas uma concessão à dureza do coração humano (Mt 19.8). Essa formalidade garantia que a mulher pudesse se casar novamente sem ser acusada de adultério, reforçando que o casamento era um contrato dissolúvel mediante documento oficial.

Portanto, a instituição da carta de divórcio não trouxe nenhum pesar para Deus, tendo em vista a condenação por apedrejamento e morte por causa do adultério, em contraste com o mandamento e “não matarás”.

2.1.2 A carta de divórcio para os Profetas

Nos profetas, a carta de divórcio é usada como metáfora do relacionamento conjugal entre Deus e Israel, simbolizando infidelidade espiritual e repúdio devido à idolatria (Is 50.1; Jr 3.1). Deus repudia Israel por suas transgressões, mas também oferece reconciliação e perdão, estabelecendo nova aliança (Jr 31.31-33). Malaquias critica o repúdio injusto e a deslealdade no casamento, entendido como repúdio arbitrário, não o divórcio por infidelidade (Ml 2.16).

Apesar de algumas traduções afirmarem que Deus odeia o divórcio, segundo D. A. Carson (2014) contrapõe: “... Essa aparente condenação do divórcio parece contradizer a visão mais tolerante em relação ao divórcio, apresentada em Dt 24.1-4.

A Bíblia Textual (2021) também reforça esse entendimento: “Porque o que aborrece e repudia, diz YHVH Elohim de Israel, cobre suas vestes com violência, diz YHVH Tsebaot. Guardai, pois, vosso espírito, e não sejais infiéis”. Segundo, ainda D.A. Carson (2014) argumenta: “Além de não requerer nenhuma alteração do texto hebraico, essa tradução tem a vantagem de ver a pessoa que sente “ódio” como marido que se divorcia, e não Deus. O uso dessa linguagem revela o caráter contratual da aliança entre Deus e seu povo e destaca a misericórdia divina mesmo diante do pecado.

2.1.3 Proibição explícita do divórcio

Na Lei Mosaica, especialmente em Deuteronômio 22.13-19 e 22.22-29, há proibições claras contra a separação conjugal injustificada. O marido que difama a esposa virgem após o casamento enfrenta punições e não pode mandá-la embora, assim como o homem que força uma mulher virgem deve recebê-la como esposa e não pode repudiá-la. Jay E. Adams (2012) destaca que essas penalidades indicam o reconhecimento divino da possibilidade de divórcio legítimo, mas com restrições severas.

No retorno do exílio, em Esdras 10, o repúdio de mulheres estrangeiras ilustra a restauração da lei matrimonial israelita, sem necessidade de carta de divórcio, devido à irregularidade das uniões. Isso demonstra que a legislação matrimonial tinha caráter específico para Israel e não deve ser aplicada indiscriminadamente fora desse contexto.

3 CASAMENTO, REPÚDIO E CARTA DE DIVÓRCIO NO NOVO TESTAMENTO

No Novo Testamento, o casamento e o divórcio são tratados sob a ótica da Nova Aliança, estabelecida por Jesus Cristo através de sua obra na cruz. Apesar disso, Jesus considerava o contexto cultural e legal judaico da época, no qual o casamento era visto como um contrato e a mulher como posse do marido, podendo divorciar-se por vários motivos, legais ou não.

O divórcio era formalizado por uma carta, liberando ambas as partes para novos casamentos, ou simplesmente repudiando a esposa, que ficava subordinada a uma nova esposa, em contextos polígamos. A proibição do segundo casamento ou sua associação com adultério não eram compreendidas pelos judeus, pois seguiam a Lei Mosaica vigente há séculos.

Esse cenário fundamenta a abordagem dos Evangelhos Sinóticos sobre o tema, iniciando-se pela história de José e Maria, pais de Jesus (adaptado de Dück, 2017).

3.1 JOSÉ E MARIA

A história de José e Maria ilustra a cultura judaica do noivado como um compromisso formal semelhante ao casamento, que só poderia ser dissolvido por carta de divórcio (Mt 1.18-25). Antes da consumação do casamento, qualquer relação sexual fora desse vínculo era considerada adultério, punível com a morte segundo a Lei Mosaica. José, homem justo, planejou repudiar Maria secretamente para poupá-la da vergonha pública, utilizando um divórcio sem testemunhas, conforme a prática, também possível, da época.

Esse “divórcio secreto” era uma misericórdia para proteger a esposa acusada de adultério da exposição. O noivado envolvia direitos e obrigações similares ao casamento, e só podia ser rompido pela morte ou divórcio. Caso a noiva não fosse virgem, o noivo podia romper o compromisso sem cometer o de adultério. Essa situação mostra como o divórcio era regulado e culturalmente aceito na sociedade judaica do primeiro século (adaptado de Dück, 2017; Adams, 2012; Carson, 2014).

3.2 DEIXAR MULHER, FILHOS, POR CAUSA DO REINO DE DEUS

Nos Evangelhos Sinóticos, Jesus ensina que deixar mulher, os filhos ou bens por causa do Reino de Deus implica renúncia e sacrifício. A palavra grega usada é Ἀφίημι, significa “deixar”, e pode indicar abandono temporário, não rompimento definitivo da união conjugal, mas também o repúdio ou divórcio.

Comentários bíblicos ressaltam que tal renúncia é relacionada ao ministério itinerante, e não à dissolução do casamento. Paulo também reconhece a possibilidade de separação se o descrente quiser se afastar (1 Co 7.15), e ele próprio, sendo fariseu e possivelmente casado, experimentou essa renúncia em seu relacionamento conjugal.

3.3 REPÚDIO E CARTA DE DIVÓRCIO NOS EVANGELHOS SINÓTICOS

Nos Evangelhos Sinóticos, o repúdio e a carta de divórcio são temas tratados à luz da Nova Aliança, refletindo os costumes judaicos da época. O divórcio era permitido, mas Jesus restringiu sua justificativa principal ao adultério (Mt 5.31-32; 19.3-9). Enquanto a escola de Hillel permitia o divórcio por qualquer motivo, a escola de Shammai o limitava ao caso de infidelidade conjugal. Jesus reafirma o ideal original da união matrimonial, remetendo ao princípio da criação em Gênesis 2.24 (Mc 10.6-9). Precisamos destacar que o diálogo era sobre o repudio (separação sem a carta de divórcio) e não sobre a carta de divórcio, que já fazia parte da cultura judaica.

A diferença entre “repudiar” (apoluo) e “divorciar” (apostasion) no grego revela que a mera rejeição sem carta formal não dissolvia o casamento, tornando o novo casamento adultério (Lc 16.18). Assim, a carta de divórcio era essencial para legitimar um novo matrimônio.

D. A. Carson destaca que a permissão mosaica era uma concessão devido à dureza do coração humano, e não o ideal divino (Carson, 2014). Beale e Carson (2014) enfatizam que o divórcio por adultério representa o rompimento dos votos matrimoniais e a restauração do plano original de Deus para o casamento.

Por fim, Arthur W. Dück (2018) ressalta a importância do certificado formal (get) para proteger os direitos da mulher e evitar a injustiça do repúdio sem causa. Em suma, o ensino de Jesus buscava preservar a fidelidade conjugal e proteger a dignidade da mulher, trazendo uma visão ética mais rigorosa em relação ao divórcio.

3.4 SEPARAÇÃO CONJUGAL NA VISÃO DE PAULO

Para finalizar o artigo, é necessário compreender como o apóstolo Paulo tratou o assunto da separação conjugal em suas cartas às igrejas gentílicas. Assim como Moisés precisou legislar para o povo de Israel, Paulo precisou pastorear as igrejas da Ásia, consideradas gentílicas, cuja cultura e costumes eram diferentes dos judeus, apesar de haver nelas alguns judeus.

O encontro com Jesus mudou a vida de Paulo, que considerou toda a bagagem religiosa judia como perda para seguir nesse novo e vivo caminho. Por causa disso, não impôs nenhum peso da lei sobre os gentios, como circuncisão, sacrifício, dízimo, festas, comidas e direitos do homem em repudiar e se divorciar da mulher; ao contrário, combatia os judeus convertidos ao evangelho da graça que insistiam na manutenção desses costumes religiosos.

3.4.1 A mulher que está sujeita ao marido, enquanto ele viver

Paulo, em Romanos 7.1-4, utiliza a analogia do casamento para ilustrar a transição da antiga lei mosaica para a nova lei do Espírito em Cristo, ressaltando que, para viver no novo caminho, é necessário “morrer” para a antiga lei. O texto não trata diretamente da indissolubilidade do casamento, nem proíbe, de forma absoluta, a separação conjugal. Conforme Guy Duty (2017), a lei geral do casamento determina a submissão da mulher ao marido, mas há exceções, como o abandono (1 Co 7.15) e o adultério (Mt 19:9).

D. A. Carson (2014) reforça que a morte rompe o vínculo com a lei, permitindo uma nova união. Além disso, a lei romana da época era rigorosa, permitindo até a pena de morte em casos de adultério, o que demonstra o contexto cultural severo em que os textos foram escritos (Bentho, 2016).

3.4.2 Questões acerca do casamento em Coríntios 7

O capítulo 7 da primeira carta aos Coríntios é considerado a principal orientação de Paulo sobre o casamento, pois responde a dúvidas específicas dos membros da igreja (1 Co 7.1). Paulo menciona uma crise econômica e escassez de alimentos que afetava Corinto, o que influenciava suas orientações sobre o casamento, como observa Carson (2014). Corinto, uma cidade portuária e culturalmente diversa, era marcada pela imoralidade sexual ligada à adoração a deuses como Apolo e Afrodite, o que impactava a comunidade cristã local.

Essa realidade contextualiza as instruções paulinas, que abordam diferentes situações conjugais e estados civis dos crentes. A complexidade do capítulo exige uma análise detalhada, para compreender plenamente o ensino de Paulo sobre o matrimônio nessa igreja.

3.4.3 Entregar o corpo, dever conjugal

Nos versículos 1 a 5 de 1 Coríntios 7, Paulo defende o casamento monogâmico, onde cada homem deve ter sua esposa e cada mulher seu marido, reforçando a exclusividade conjugal (NAA, 2017). Ele enfatiza que os cônjuges não devem privar-se um do outro do convívio íntimo, exceto por mútuo consentimento e por curto período, para evitar tentações e imoralidades.

A orientação visa prevenir fornicação e situações que possam gerar acusações de assédio moral, emocional ou sexual. Paulo não exclui os que estejam em segundos casamentos, alinhando-se ao ensino em 1 Timóteo 3.2, que reconhece essa possibilidade. Assim, o dever conjugal é considerado como um compromisso de respeito e fidelidade dentro do matrimônio.

3.4.4 Fossem como eu

Nos versículos 6 a 9 de 1 Coríntios 7, Paulo expressa sua preferência pelo estado de solteiro ou viúvo, sugerindo que seria melhor permanecer assim, caso possível. Contudo, ele reconhece que cada pessoa recebe um dom diferente de Deus, e, para aqueles que não conseguem controlar seus desejos, o casamento é recomendado como solução (NAA, 2017).

Paulo se apresenta como livre de vínculos conjugais, possivelmente por ter abandonado uma esposa incrédula para dedicar-se plenamente ao ministério, conforme alguns teólogos sugerem. Esse posicionamento reforça a ideia de que a vocação ao evangelho pode demandar renúncias pessoais, remetendo às palavras de Jesus em Lucas 18.29 sobre renúncias feitas por amor ao Reino.

3.4.5 Aos casados, ordeno

Em 1 Coríntios 7.10-11, Paulo ordena que a mulher não se separe do marido, e caso se separe, permaneça solteira ou se reconcilie, enquanto o marido não deve abandonar a mulher (NAA, 2017). A palavra grega usada para “separar” indica afastamento sem divórcio formal, enquanto a palavra usada para o marido expressa um rompimento mais forte, podendo incluir abandono ou divórcio. Paulo enfatiza que o casamento cristão deve viver sob a lei do amor (Kenneth E. Hagin, 2021).

Guy Duty (2017) destaca que Paulo não reconhece divórcios obtidos

facilmente conforme a lei grega, e que não está tratando especificamente do divórcio por adultério. A instrução visa preservar a união matrimonial, mesmo diante de separações injustas ou incompatibilidades.

3.4.6 Aos casais descrentes, digo eu

Paulo orienta que os cristãos casados com descrentes não devem se separar, pois o casamento é uma dádiva de Deus para toda a humanidade (Gn 2.21-24), e a convivência pode santificar o cônjuge não crente (Carson, 2014). Caso o não crente quiser se separar, Paulo permite a separação, liberando o cristão da obrigação matrimonial (1 Cor 7.15).

Esse divórcio por abandono não sujeita o cristão a escravidão ou servidão, pois Deus chama à paz. Nas regiões greco-romanas, as mulheres podiam divorciar-se facilmente, inclusive se o marido fosse cristão. Guy Duty (2017) destaca que o cônjuge cristão abandonado é inocente e pode casar-se novamente, sem esperar reconciliação. Jay E. Adams (2012) enfatiza que abandonar o parceiro é quebrar a aliança matrimonial.

3.4.7 Permaneça como está

Paulo orienta os cristãos a permanecerem na condição em que foram chamados, seja circuncidado ou não, sem preocupação em mudar seu status, mas preservando os mandamentos de Deus (1 Cor 7.17-20). No caso dos escravos, a liberdade é desejável, porém, a verdadeira liberdade é ser escravo de Cristo. O foco não está na situação social, mas na fidelidade a Deus em qualquer circunstância.

Paulo conclui que cada um deve seguir sua vocação pessoal e espiritual,

mantendo-se firme em sua condição atual diante de Deus. Essa instrução reforça a importância da perseverança e da santidade, independente do status social.

3.4.8 Angustiosa situação presente

Paulo, no contexto da escassez e do “tempo curto” presente em Corinto, aconselha que os solteiros e noivos permaneçam em sua condição atual, para evitar angústias desnecessárias (1 Cor 7.25-26, NAA 2017). Ele reconhece que o casamento não é pecado, mesmo para os divorciados que se casam novamente, mas adverte sobre as dificuldades que isso pode trazer (v. 27-28).

Segundo N. T. Wright (2024), no que diz respeito ao versículo 27, traduz: “Você está unido a uma esposa? Não tente dissolver o casamento. Você teve o seu casamento dissolvido? Não procure outra esposa”. Por que é importante a análise desse versículo? Por causa do versículo 28 que diz: Mas, se você se casar, não estará pecando. E também, se a virgem se casar, não estará pecando. Ainda assim, tais pessoas sofrerão angústia na carne, e eu gostaria de poupar vocês disso”.

A liberdade após o divórcio é enfatizada, e Paulo não exige reconciliação obrigatória, priorizando a paz e a vida espiritual (Guy Duty, 2017). Também instrui que a mulher está ligada ao marido enquanto ele vive, podendo casar-se de novo somente se o marido falecer, e o novo casamento seja “no Senhor” (v. 39-40). A orientação geral é pautada na lei do amor, visando a paz e a estabilidade espiritual em tempos difíceis (K. E. Hagin, 2021).

4 UNIÃO CONJUGAL, SEPARAÇÃO E SEGUNDO CASAMENTO NOS TEMPOS ATUAIS

À luz das passagens bíblicas analisadas e dos comentários de teólogos respeitados que abordam o tema com profundidade e coerência, propomos iniciar a reflexão sobre os desafios enfrentados pela igreja e seus líderes pastorais ao lidarem com questões relacionadas à união conjugal, à separação e ao segundo casamento na contemporaneidade.

4.1 UNIÃO CONJUGAL

A união conjugal representa a vontade de Deus para o homem e a mulher, unindo-os em famílias que refletem Sua presença e graça no mundo. O casamento, embora não seja um ato divino em si, carrega propósitos sagrados e se constitui como um compromisso “até que a morte os separe”.

A base dessa união é o amor e o companheirismo, fundamentados na paciência e na esperança expressas em 1 Coríntios 13.4-7. Portanto, os casais que temem a Deus são chamados a preservar a vontade divina por meio do amor, perdão, alegria e reconciliação, cultivando a união conjugal até o fim da vida, ou até que apenas a morte os separe.

4.2 SEPARAÇÃO CONJUGAL

A separação conjugal, embora não seja desejada no plano de Deus, é uma realidade que Ele conhece e para a qual oferece graça. A obra da Cruz abrange o perdão para todas as situações, incluindo separação,

adultério, imoralidade, abusos e violência, refletindo a dureza do coração humano. No Novo Testamento, a separação é permitida em casos específicos: por amor ao Evangelho quando o casamento impede a obediência a Deus; por adultério; por abandono do cônjuge; e em situações de risco à vida, especialmente diante da violência contra a mulher.

A separação por mera incompatibilidade não é autorizada, conforme o ensino de Jesus, que só admite a dissolução do casamento quando a união é quebrada por motivos sérios. Antônio Junior (2022) ressalta que a decisão pelo divórcio é pessoal e depende da conduta dos envolvidos, e embora Deus se entristeça com a quebra da aliança, Ele nunca abandona Seus filhos.

4.2.1 O que devemos discernir em uma separação

O discernimento em uma separação conjugal vai além das quatro situações citadas anteriormente. É fundamental reconhecer o impacto da dureza do coração e entender que não se deve insistir em um casamento marcado por violência moral, sexual ou física. A união não pode ser ameaça à vida ou à segurança de nenhum dos cônjuges, nem pode privar alguém das necessidades básicas. Famílias não devem conviver em ambientes agressivos, e nenhum cônjuge deve tolerar que seus filhos sofram violência.

A violência doméstica legitima a libertação da vítima do vínculo conjugal opressor. Casos extremos mostram que mulheres, mesmo aconselhadas a retornar pelo pastor, acabaram morrendo em poucos dias. Portanto, a separação, embora radical, pode ser necessária diante de problemas matrimoniais insuperáveis.

4.2.2 O que não devemos fazer

No debate sobre separação conjugal, não é correto basear-se em um único versículo para formar uma doutrina absoluta. Muitos pastores afirmam posições rígidas, como: o divórcio é proibido ou permitido apenas em caso de adultério; os divorciados não podem casar-se novamente nem exercer ministérios; quem casa novamente vive em adultério; e que o divórcio seria uma desgraça que marca para sempre a família. Entretanto, o divórcio é apenas um documento que formaliza o fim da união, enquanto o pecado está na dureza do coração que leva à separação.

Essas crenças distorcem a graça de Deus, que oferece perdão e restauração mesmo após a queda do homem no Éden. Portanto, essas ideias precisam ser revistas à luz do conhecimento bíblico completo e da misericórdia divina.

4.2.3 O segundo casamento

No Novo Testamento, não há proibição explícita para o segundo casamento, embora haja restrições implícitas. Paulo orienta em 1 Coríntios 7 que a mulher separada permaneça solteira ou se reconcilie com o marido, sem detalhar motivos da separação. Jesus, em Mateus 19, ensina que casar-se com alguém repudiado sem a carta de divórcio, configura adultério.

Muitas situações culturais de união sem divórcio legal/formal configuram pecado. Deuteronômio 24 e João 4 ilustram o reconhecimento bíblico sobre múltiplos casamentos, e Jay E. Adams (2012) esclarece que a Bíblia não proíbe o novo casamento após divórcio, exceto para sacerdotes (Ez. 44.22). Quem se divorciou legalmente está liberado para casar-se novamente, preferencialmente “no Senhor”.

Jay E. Adams (2012), adverte contra julgamentos legalistas que revivem mágoas e destaca a misericórdia de Cristo, que não mantém a culpa contra o pecador (João 8:7-11).

4.2.4 O perdão para os adúlteros

O perdão para adúlteros está disponível pelo sangue de Jesus, que purifica todo pecado (1 João 1.7,9, NAA 2017). Paulo reconhece que, embora os Coríntios fossem praticantes de pecados como o adultério, foram lavados, santificados e justificados em Cristo (1 Co 6.9-11, ACF 2011). Jay E. Adams (2012) afirma que há vida após o divórcio, desde que ao lado de Cristo, e que não há proibição bíblica para que a parte culpada do divórcio se case novamente.

Wilbur N. Pickering (2001) destaca que a Bíblia fala em “cometer adultério”, não em “viver em adultério”, e que segundas uniões, mesmo iniciadas por pecado, podem ser reconhecidas e abençoadas por Deus, como nos exemplos de Perez, Raabe e Davi com Bate-Seba. A igreja deve acolher e perdoar irmãos em situações conjugais difíceis, sem impor julgamentos, pois o Espírito Santo é quem opera a graça e o perdão. Somente o pecado contra o Espírito Santo não é perdoado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou explorar a união e a separação conjugal à luz das Escrituras, destacando a complexidade do tema no contexto contemporâneo. Ao longo do artigo, ficou claro que, embora os princípios fundamentais sobre o casamento sejam imutáveis, as questões relacionadas à separação conjugal têm se tornado mais desafiadoras devido à realidade social e às novas circunstâncias vividas pelos casais.

A abordagem bíblica, que inicialmente enfoca o adultério como razão para a separação, evoluiu para considerar também fatores como violência doméstica, abuso psicológico e abandono, questões cada vez mais relevantes no mundo atual.

O papel da igreja diante dessa questão é central. O estudo mostrou que, embora a separação deva ser vista com seriedade e como um último recurso, a postura pastoral precisa ser sensível e acolhedora, evitando abordagens legalistas ou condenatórias. O verdadeiro desafio está em como equilibrar a fidelidade aos ensinamentos bíblicos com as realidades complexas que muitos casais enfrentam, oferecendo, ao mesmo tempo, apoio e orientação prática.

É importante que, como comunidade cristã, busquemos um entendimento mais profundo e uma aplicação mais amorosa dos princípios bíblicos, sem perder de vista as necessidades emocionais e espirituais das pessoas que enfrentam dificuldades conjugais. Esse artigo revelou a necessidade urgente de um aconselhamento mais eficaz, que não apenas ofereça respostas, mas também um espaço de acolhimento e restauração para aqueles que enfrentam dificuldades no casamento.

Por fim, este artigo aponta para a importância de um diálogo contínuo sobre o tema, a fim de que a igreja seja um agente de cura, mantendo-se fiel aos princípios divinos e, ao mesmo tempo, sendo sensível às dificul-

dades do contexto moderno. Futuras investigações poderão aprofundar essas questões, fornecendo mais ferramentas para o aconselhamento pastoral e ajudando a igreja a lidar de forma mais eficaz com os desafios contemporâneos relativos ao casamento e à separação.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Jay E. **Casamento, divórcio e o novo casamento na Bíblia**. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas (PES), 2012.

BEALE, GK; CARSON, DA. **Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

BENTHO, Esdras C. **A família no Antigo Testamento**. Rio de Janeiro: Vasa Publicadora das Assembleias de Deus, 2016.

BÍBLIA. Bíblia de Estudo Nova Almeida Atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017 (NAA).

BÍBLIA. King James 1611: com Estudo Holman Rio de Janeiro: BV Films Editora, 2021 (BKJ).

CARSON, D.A. **Comentário Bíblico Vida Nova**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

CARVALHO, ER **Quando o vínculo se rompe: separação, divorcio e novo casamento**. Viçosa: Ultimato, 2000.

DÜCK, Arthur W. **Divórcio e novo casamento no NT: período intertestamentário**, Marcos 10.2-12 e Lucas 16.18. Revista Batista Pioneira, 2018.

DÜCK, Arthur W. **Divórcio e novo casamento no AT: uma análise dos outros textos relevantes**. Via Teológica, 2017.

DUTY, Guy. **Divórcio e novo casamento**. Paraná: Editora Betania, 2017.

GINGRICH, F. Wilbur. **Léxico do Novo Testamento**: Grego-Português. São Paulo: Editora Vida Nova, 1984.

HAGIN, Kenneth E. **Casamento, divórcio e novo casamento**. Campina Grande: Rhema Brasil Publicação, 2021.

JUNIOR, Pr. Antônio. **O que a igreja não te conta sobre o divórcio e novo casamento**. 1.ed. São Sebastião do Paraíso, MG: Ed. do Autor, 2022.

PICKERING, Wilbur (Gilberto) Norman. **Divórcio e novo casamento**. Brasília, 2001.

VAUX, Roland de. **Instituições de Israel no Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2004.

WRIGHT, N. T. **Novo Testamento para todos**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2024.